

EVOCAÇÃO PERNAMBUCANA: O *RUBRO VEIO*, DE EVALDO CABRAL DE MELLO

George Silva do Nascimento¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma leitura da narrativa do passado feita por Evaldo Cabral de Mello tendo como ponto de observação o livro *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. O texto constrói um breve relato da trajetória pessoal e profissional do intelectual que, conseqüentemente, implicaram na produção historiográfica do autor. Em seguida, com base na obra em questão, procuro perceber os principais pressupostos teóricos de Cabral de Mello, para problematizar o tema fundamental de sua obra: a desconstrução da identidade pernambucana.

Palavras-chave: historiografia; identidade; Evaldo Cabral de Mello .

EVOKING PERNAMBUCO: EVALDO CABRAL DE MELLO'S RUBRO VEIO

Abstract: The objective of this work is to read the narrative of the past made by Evaldo Cabral de Mello taking as a point of observation the book *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. The text presents a brief report of the author's personal trajectory, showing the elements of his intellectual formation that contributed to its historical production. Then, based on the text in question, I try to understand the main theoretical assumptions of Cabral de Mello, to discuss the fundamental theme of his work: deconstruction of the local identity.

Keywords: historiography; identity; Evaldo Cabral de Mello.

Evaldo Cabral de Mello, dentro do universo historiográfico brasileiro, tornou-se uma referência. À primeira vista, a leitura de seus livros, para quem está inserido dentro de um campo que se profissionalizou e que em muitos casos transforma as influências teóricas em verdadeiras doutrinas, pode transmitir um desprezo às abstrações e discussões de cunho epistemológico. Pelo contrário, o que encontramos é uma capacidade de autonomia e de demonstração teórica no trato direto com os documentos visto em poucos historiadores de formação acadêmica ou não. Seus livros são a prova – mesmo o autor reconhecendo que hoje o melhor que se produz em termos de história vem das universidades (MORAIS; REGO, 2002, p. 158)² – de que a discussão teórica enriquece o trabalho do historiador na medida em que ela otimiza e direciona o

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba e Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Email: gnascimento1984@gmail.com

² Entrevista publicada em livro que reúne depoimentos das trajetórias intelectuais dos historiadores brasileiros contemporâneos mais conhecidos.

exercício empírico da pesquisa sem aprisioná-la num derrame de citações, que uma leitura competente do passado pode advir de espaços não necessariamente acadêmicos.

Referência também por trazer à tona uma questão política à história: existe, de fato, uma história nacional? É possível pensarmos numa história do Brasil, que tenha um ponto central de perspectivas, de eventos? Ou o que forma aquilo que chamamos de Brasil não é a confluência de diversas narrativas, que dão moldes e significados a um território construído por uma mescla de povos, de interesses, de acontecimentos? Não seria melhor pensarmos em *histórias* do que acreditarmos que exista uma única história que dê conta de um processo de formação tão complexo como o nosso?

São essas perspectivas que encontramos na leitura de livros como *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*; *O norte agrário e o Império, 1871-1889*; *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*; *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*³; *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. Pernambuco 1666-1715* e em *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. *Rubro veio*, por exemplo, faz o percurso de mais de duzentos anos, de como os pernambucanos construíram um imaginário sobre o período da ocupação holandesa, do momento da restauração (retomada do controle político da capitania no século XVII), e quais os usos sociais e políticos deste imaginário.

Cabral de Mello nasceu em 1936, no Recife, numa família que incentivava o gosto pela leitura, tanto que seu pai abriu uma conta para ele na melhor livraria da cidade. Mas o interesse pela história germinou a partir do encontro de uma coluna do jornal *Folha da Manhã*, “Vidas Passadas”, na qual surgiam fatos pitorescos da história social do antigo Recife (SCHWARCZ; STARLING, 2008, p. 157).⁴ Foi o seu encontro com a história escrita, até porque como ele mesmo disse, a oral, em seu tempo, todo mundo “já nascia em Pernambuco ouvindo falar na expulsão dos holandeses e na revolução de Dezesete” (MORAES e REGO p.145). Essas leituras aprazíveis no terraço do sítio da família nos finais de semana, junto com o encontro do universo do engenho de José Lins do Rego, despertaram no menino o interesse pela história que se completou em 1948, com a leitura do livro *Tempo dos flamengos*, por sinal da autoria

³ Cujo subtítulo foi modificado para ‘*uma parábola familiar no Pernambuco colonial*’ na nova edição de 2000.

⁴ Entrevista concedida pra uma coletânea de textos críticos sobre a obra de Evaldo Cabral de Mello.

do seu primo José Antônio Gonsalves de Mello (SCHWARCZ; STARLING, 2008, p. 158 e MORAES; REGO, 2002, p. 146).

Por intermédio de Gonsalves de Mello publicou o seu primeiro artigo de jornal que falava sobre um personagem da guerra holandesa. Daí passou a freqüentar a casa do primo-historiador que elaborou um verdadeiro curso da história de Pernambuco, tendo como foco, é claro, a sua especialidade: o domínio neerlandês e a restauração pernambucana, período que mais marcou a história e o imaginário local, foco posterior de uma rica obra historiográfica produzida por Cabral de Mello. A influência familiar no gosto e no cultivo pela erudição e pelo conhecimento era intensa. Basta mencionar também que Cabral de Mello é primo de Gilberto Freyre, o inclassificável intelectual pernambucano, pelo qual teve conhecimento, no início dos anos 1950, de uma das grandes obras da historiografia, *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel (MORAES; REGO, 2002, p. 146 e 149). Era, também, irmão de João Cabral de Mello Neto, um dos grandes nomes da literatura brasileira.

Nas poucas entrevistas que concedeu até hoje, Cabral de Mello revela uma verdadeira aversão a tudo aquilo que o pusesse em evidência pública ou exigisse um empenho seu através da obrigação. Tanto que iniciou os seus estudos em casa, fato típico de um momento da história da educação pública brasileira, que ainda não reservava uma atenção necessária ao ensino das ‘primeiras letras’. O curso de Ciências Sociais na PUC do Recife, o irritou profundamente, ainda mais quando se viu reprovado em Estatística, fato que o fez abandonar a universidade. Caso que confirma de algum modo o mito de quem busca o campo das Ciências Humanas tem algum ‘problema’ com as disciplinas de cálculo. Também não gosta de qualquer tipo de instituição cultural, não só das universidades, pois acredita que elas criam uma espécie de acomodação nas pessoas, um enquadramento, seja ele político, ideológico ou teórico. Igual aversão provoca o serviço público, que nunca o agradou, mas confessa que agora, na inércia da aposentadoria, sente saudades daquele ambiente. Também acha que seria um fracasso como professor, desde um curso que ofereceu na Pós-graduação da USP, em 1993, que foi procurado por poucos alunos. Se tivesse seguido a carreira diz, “não teria passado de um livro para o doutorado e nada mais”. Até porque para ele ser professor exige certa *mise en scène*, que jamais seria capaz, porque é preciso “gostar de se exhibir e de concentrar a atenção dos outros” (SCHWARCZ; STARLING, 2008, p.

157 e 176 e MORAES; REGO, 2002, p. 149 e 159).⁵ Mas pelo reconhecimento de sua obra, em 1992, recebeu da USP o título de doutor em história por notório saber.

Antes da experiência universitária no Recife, conseguiu uma bolsa de estudos e foi em 1955 para a Espanha onde estudou filosofia, passando também pela Inglaterra. Foi o encontro com a escrita de Ortega y Gasset e Toynbee. Leu pela primeira vez *O Mediterrâneo*, citado por Gilberto Freyre, em sua edição espanhola. Um ano depois, voltou ao Brasil, e após desistir do curso de Ciências Sociais, mergulhou na “filosofia especulativa da história”: Toynbee, Spengler, Alfred Weber, entre outros. A leitura intensa destes textos proporcionou o comedimento necessário diante “às abstrações e às teorias” (MORAES; REGO, 2002, p. 148). Para ele a epistemologia nunca foi uma grande preocupação e não vê nesse sentido um desprezo da teoria, mas sim questão de autonomia intelectual. A história, enquanto produção de conhecimento é objeto de maturação, da experiência no trato com os documentos e do encontro com os clássicos, pois “não [se] aprende história lendo tratados de epistemologia, você aprende na leitura continuada dos grandes historiadores do século XIX e XX” (SCHWARCZ; STARLING, 2008, p. 181).

Em 1960 presta concurso para o Instituto Rio Branco e por coincidência duas questões sobre a história de Pernambuco o “salvaram” na prova de História do Brasil, apesar de mesmo assim ter sido a sua pior nota no exame. Por sinal o universo e o exercício da diplomacia foram decisivos para a construção do historiador e de sua obra. Nada que represente algum interesse público, antes de tudo, era um interesse pessoal, privado, despertado como vimos desde a infância. Pesquisar e escrever sobre a história de Pernambuco, embora se contenha em confessar, não era um modo apenas de narrar uma história ainda pouco bem contada, mas sim uma forma de “identificação emocional” com o passado. Não consegue entender como alguém pode escrever uma tese sobre um lugar que não conheça como experiência pessoal. Não que não seja possível, mas o sabor do relato não seria o mesmo, não teria a mesma paixão (MORAES; REGO, 2002, p. 148 e 153 e SCHWARCZ; STARLING, 2008, p. 156 e 176).

Na sua carreira diplomática o interesse pela história foi, docemente, cultivado por circunstâncias extremamente favoráveis ao desenvolvimento de pesquisas. A

⁵ As entrevistas citadas foram concedidas em 2008 e 2002 respectivamente. A aposentadoria de Cabral de Mello como diplomata foi em meados da década de 1990.

biblioteca do Congresso americano possuía um serviço de empréstimos especial às Embaixadas. Bastava um telefonema e os livros eram entregues sem que Cabral de Mello precisasse se deslocar. Foi o momento do encontro decisivo com a historiografia francesa. Leu a nova edição, em dois volumes, do *Mediterrâneo*, de Braudel, e diferentemente da leitura que fizera na Espanha, o texto foi para ele agora uma “revelação”, uma nova possibilidade, uma terceira via de construção e de pensamento historiográfico, que em seu tempo estava marcado apenas por duas possibilidades: a erudita, dos antiquários dos Institutos ou a marxista que, ressalta, não tinha nada haver com Marx (SCHWARCZ; STARLING, 2008, p. 151-152 e MORAES; REGO, 2002, p. 149).

Foram os anos, de maturação histórica de Cabral de Mello que se transformou numa verdadeira ‘traça’ de livrarias, como o mesmo declarou. Nas férias do trabalho comprou um acervo significativo em sebos do Recife sobre a história de Pernambuco, e em New York, tinha acesso à biblioteca da ONU, que possuía um serviço de empréstimos interbibliotecas. Na década de 1970, na Europa, teve o verdadeiro contato com a historiografia dos Annales, freqüentando até o seminário semanal de Georges Duby no Collège de France e algumas aulas esparsas de Emmanuel Le Roy Ladurie. Também nas férias escarafunchava os arquivos portugueses, aprendendo a traduzir as fontes – tanto paleograficamente, quanto do próprio holandês – como disse, na “marra”. Enfim, exercício intenso que nem todo historiador de formação tem a ousadia, ou oportunidade de empreender, até porque o acompanhava uma (para o espanto de seu comentário) “modesta” biblioteca pessoal de três ou quatro mil livros! Mais que isso seria impossível, segundo ele, para uma pessoa que por conta do trabalho, necessitava se deslocar o tempo inteiro pelo mundo (SCHWARCZ; STARLING, 2008, p. 151-152 e MORAES; REGO, 2002, p. 151). Cabral de Mello retorna, definitivamente, para o Brasil em 1995, para a cidade do Rio de Janeiro, onde vive até hoje.

Os primeiros resultados materiais de suas pesquisas históricas começaram a surgir em meados da década de 1970, com um espaço de tempo significativo entre cada obra: *Olinda restaurada*, de 1975, *O norte agrário e o Império*, em 1984, *Rubro veio*, de 1986 e em 1989 *O nome e o sangue*. Nada planejado, porque diz que escreveu não para revolucionar a historiografia, nem muito menos para um público de leitores. Seria então o quê, uma nova Canção de Exílio? Saudosismo de um homem desterrado que não consegue enxergar nenhuma forma de pertencimento? Mas o que importa é que – mesmo sendo avesso aos proselitismos, não há nada disso em sua obra – seus textos são

referência a uma forma de se fazer história no Brasil que vem merecendo a cada momento mais atenção.

Entre livros, artigos, capítulos em coletâneas, Pernambuco é o espaço. O tempo percorrido é de pouco mais de duzentos anos, da ocupação batava no século XVII, passando pela restauração, até os movimentos contestatórios do poder central no XIX, momento da ‘subserviência’ definitiva à ordem *saquarema* – como o historiador identifica, a partir de denominação idêntica atribuída aos conservadores do período imperial brasileiro, a produção historiográfica que suprime as histórias locais, em nome de uma historiografia dita ‘nacional’.

A Obra *Rubro Veio*

Não seria novidade alguma iniciar uma discussão, seja ela em forma de ensaio, resenha ou artigo científico que pretenda tecer algumas observações sobre um texto historiográfico, sem apresentar os principais pontos da obra cotejada, ou quem sabe, fazer um resumo crítico. Não que esse exercício não será aqui empreendido, mas considero importante ter como ponto de partida ou fio condutor, a questão de exprimir o que pude aprender com determinado clássico da historiografia brasileira, para o meu próprio ofício de historiador.

A proposta do livro é fazer uma observação profunda de como o evento da restauração pernambucana, no século XVII, contribuiu diretamente para a construção do imaginário nativista. Na verdade, “as guerras holandesas foram a matriz ideológica do nativismo” pernambucano, que difere das definições mais correntes sobre o termo ‘nativismo’, na medida em que a investigação não se “limita a seu conteúdo negativo, anti-português ou anti-estrangeiro”. Até porque “comportou, como no caso do nativismo pernambucano, formas de sentimento local que lhe conferiram cunho positivo” (MELLO, 2008: 15-16).

Estendendo-se da segunda metade do século XVII a meados do século XIX, o nativismo pernambucano, transformou-se constantemente, de acordo com as necessidades históricas que o convocaram. Identifica-se em *Rubro veio* três fases desse nativismo pernambucano: a do ‘nativismo nobiliárquico’, logo após a guerra da restauração, quando a *açucarocracia*, por ter reconquistado e devolvido a capitania à Coroa, julgava-se dona de seu próprio destino, buscando inverter a natural submissão jurídico-econômica de uma colônia. No século XVIII, como segunda fase, o predomínio de um ‘nativismo de transação’, moderado em virtude da repressão ocorrida após a

guerra dos Mascates. E, por último, o ‘nativismo democrático’ do século XIX, quando os ideários republicanos transformaram uma tradição nobiliárquica numa justificativa popular, crítica à centralização imperial brasileira, que por este mesmo caráter vulgar, na melhor acepção do termo, levou a derrocada de tal alternativa e a submissão definitiva de Pernambuco à ordem central.

Como nos lembrou Hartog, em pesquisa sobre a escrita da história no período clássico, os prefácios são verdadeiros “observatórios” limitados, é claro, do exercício empreendido pelo autor de determinada obra. Neles encontramos “a inevitável distância entre o que se diz que se quer fazer e o que se fez efetivamente”, as filiações teóricas, institucionais, a delimitação do objeto e também, em muitos casos, a metodologia aplicada, bem como a estrutura e disposição dos capítulos (HARTOG, 2001: 11-12). Um prelúdio da operação historiográfica. Com *Rubro veio* não seria diferente. O tema é exposto, o tempo e o espaço delimitados e especificado o sentido da expressão ‘imaginário’ utilizada na obra, que é o de ‘imaginário social’, exposto pelo filósofo Cornelius Castoriadis.

Em *A instituição imaginária da sociedade*, para Castoriadis, o imaginário é um componente de extrema importância na vida social. Ele tem um papel tão essencial, socialmente, quanto os interesses materiais. Aliás, os interesses materiais podem ser justificados a partir de um imaginário. O imaginário, em certas situações, se materializa onde os discursos não são apenas abstrações, mas ferramentas práticas de interação com o mundo (CASTORIADIS, 1991: 129-165). E *Rubro veio* averigua toda essa força do imaginário da restauração em Pernambuco, de tudo o que foi construído a partir desse evento histórico, na utilização discursivo-simbólica dentro do jogo da definição dos grupos sociais e de suas lutas políticas. O imaginário foi o pano de fundo dessas relações, fosse ele suportado por eventos reais ou não. O que importava era muito mais a força de sua argumentação do que sua ‘verdade factual’, que por sinal de tão dita e propalada alcançava esse estatuto:

A leitura de *Rubro veio* pode criar a falsa impressão de que o autor buscou contribuir para a leitura sociológica e antropológica que se afana em perseguir e descrever identidades regionais e locais. Não foi essa a intenção. A reconstrução do imaginário da restauração pernambucana pressupõe apenas que as representações, verdadeiras ou falsas, de um grupo social acerca do seu passado podem ser tão relevantes para explicar seu comportamento quanto seus interesses materiais (MELLO, 2008: 19).

Questionando o “julgamento precipitado” de Oliveira Lima de que o período da ocupação holandesa não deixou vestígios, Cabral de Mello empreende um levantamento substancial de fontes que demonstram a permanência – pelo menos até meados do século XIX – desse momento histórico na memória local. Este “inventário das fontes das representações mentais” é sustentado por diversos traços, na cultura histórica, identificada como “a erudição local” e na tradição oral, alimentada por monumentos, comemorações cívicas, culto aos heróis, iconografia e toponímia (MELLO, 2008: 26).

O jogo que o autor executa com as fontes primárias e a bibliografia, para delas extrair a dita tradição oral é de uma perspicácia ímpar. Aliás, Cabral de Mello afirma que a “glorificação literária”, não foi empreendida pelo nativismo, que construiu o seu discurso a partir das crônicas luso-brasileiras do século XVII, mas por uma historiografia que se constituiu a partir do século XIX. Interessava aos escritores nativistas dos séculos XVII e XVIII apenas a “gesta dos estratos privilegiados” da sociedade local. Elementos do imaginário popular também foram utilizados dando ao período o tom de um cenário “maravilhoso e sobrenatural”. E no início do XIX todo esse imaginário popular adquiriu força transformando o domínio neerlandês no ‘tempo dos flamengos’, no qual todas as realizações materiais citadas pelo imaginário local passaram a ser atribuídas aos holandeses. Das obras de engenharia, aos relatos de túneis que supostamente atravessam os solos do Recife e Olinda, guardando tesouros ou interligando importantes construções servindo como rota de fuga pululam trechos primorosos narrados pelo autor (MELLO, 2008: 27-28; 245-249 e 305-310).

Cabral de Mello, sutilmente, demonstra que a construção de um imaginário, assim como evocou Castoriadis, não se dá a partir de uma escolha aleatória de símbolos, mas de uma nova atribuição de sentidos dada a uma simbologia pré-existente. O imaginário se institui através de referências, é um processo histórico. Os relatos de viajantes que passaram por Pernambuco, durante estes dois séculos de investigação, foram claramente influenciados por esse imaginário local ao descrever as suas impressões. O período holandês é evocado e encontrado nos monumentos, em certas construções da cidade do Recife, em ruínas perdidas nos canaviais, nos templos religiosos. Inclusive atribuindo aos batavos certas edificações que foram executadas por portugueses, que mesmo buscando apagar da memória visual os vestígios das realizações batavas, não conseguiram evitar a construção do mito de superioridade dos monumentos executados pelos holandeses (MELLO, 2008: 30-35 e 300).

Os exemplos levantados por Cabral de Mello neste inventário despontam no texto numa riqueza de detalhes impressionante. Iconografia, histórias sobrenaturais, tudo o que possa constituir esse imaginário é apurado. Em relação à toponímia, revela que os nomes holandeses existem apenas em determinadas fortificações e que a denominação de ruas e outros espaços públicos celebrando episódios ou personagens da guerra, são fruto do século XIX. Exatamente neste período surgem ou são reforçadas as comemorações cívicas que utilizavam o imaginário da restauração em seus ritos e símbolos. A passagem do imperador D. Pedro II, sendo ludibriado sobre a localização do túmulo de Fernandes Vieira em visita à província é emblemática. Por sinal, desse relato foi possível extrair muitos aspectos daquele imaginário, que mesmo assim, causava espanto ao imperador que acreditou constatar uma ignorância histórica dos descendentes dos restauradores em Pernambuco (MELLO, 2008: 41).

Por sinal é neste mesmo século que a memória da restauração “ganha quadro institucional” com a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1862. Após as críticas do imperador, juntamente com as do historiador mais respeitado do momento nestas plagas, o senhor Francisco Adolfo de Varnhagen, o orgulho dos pernambucanos foi provocado e a resposta prontamente executada. Contudo Oliveira Lima “reduziu a criação do Instituto pernambucano à preocupação de perpetuar a tradição de 1817”, mas os movimentos contestatórios do XIX não foram o ponto central das atividades do Instituto e sim os eventos pertinentes à Restauração, como evidencia Cabral de Mello. A ideia principal do Instituto pernambucano era de “preservar a tradição histórica da província frente ao imperialismo historiográfico do Rio, imperialismo na dupla acepção”. O Instituto pernambucano apresentava-se assim como o único espaço de pesquisas históricas que não se subordinava à história nacional produzida na Corte, e Cabral de Mello é o herdeiro atual desse projeto. Muitas de suas críticas – tanto no texto em questão como em boa parte de toda a sua obra – são dirigidas a uma historiografia ainda hoje conservadora, que despreza a pluralidade da formação histórica brasileira (MELLO, 2008: 57-58). Tendência que ele designou de “saquarema”.

Assim como o grupo político conservador do Rio de Janeiro que empreendeu a centralização política e econômica do país, Cabral de Mello denomina a atitude de muitos historiadores brasileiros que não colocam determinadas questões nas discussões históricas e vêem a unidade nacional como uma consequência inevitável. Apesar de toda a riqueza das mais recentes pesquisas, a unidade brasileira ainda é vista

teleologicamente, até mesmo pela historiografia de esquerda. Mas não só ela, todo o universo político do país compartilha a “mística” de “que o Brasil tem características criadoramente únicas, originalíssimas; e que elas serão eternas a partir do momento em que o país se revelou a si mesmo” (SCHWARCZ; STARLING, 2008: 166-167).

Toda essa mística foi construída no Segundo Reinado. Para ele o Primeiro Reinado foi “oportunista”, as ações foram empreendidas, mas a “justificação”, a construção ideológica dessa centralização foi efetivada “pelos publicistas e a historiografia do tempo de D. Pedro II”. O Instituto histórico criado no Rio, que recebeu a alcunha de “Brasileiro” foi a instituição responsável. Surgindo em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro permaneceu durante mais de um século como o espaço predominante de produção dos discursos sobre o passado brasileiro⁶. Tinha como uma de suas propostas estimular a criação de institutos nas províncias, mas nada que denotasse a possibilidade de leituras diversas sobre o passado brasileiro. A intenção era sim a de “monopolizar o discurso da história nacional”, os outros formariam uma rede de operários “a reunir o material que o Rio elaboraria, dando-lhe sentido histórico, pois só ele seria capaz de ter visão nacional, que era um dom da monarquia” (SCHWARCZ; STARLING, 2008: 167-169).

Segundo Alencastro, essa “queixa regionalista” – ou seja, o processo de centralização temática e produtiva da construção do discurso historiográfico brasileiro em órbita do Centro-Sul do país, mais especificamente do Rio de Janeiro, desde o século XIX com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que é um dos incômodos insistentes nas falas e escritos de Cabral de Mello – foi fundada por um “mal-entendido” e também por uma “questão de método” dos historiadores que a pronunciam. O autor ressalta que desde 1843, quando Carl Friedrich Phillip von Martius recebeu um prêmio promovido pelo IHGB com o estudo *Como se deve escrever a História do Brasil*, que sugeria a produção de histórias provinciais, em detrimento da ideia de uma história geral, nomes como Cunha Mattos, João Francisco Lisboa e Capistrano de Abreu empreenderam uma história descentralizadora. “Por isso, um pouco afastada de qualquer ‘imperialismo’ cultural ou ideológico, a corrente favorável às pesquisas regionais – Capistrano ia mais longe ao pregar a necessidade de uma

⁶ Existe uma bibliografia considerável que discute o papel do IHGB na construção do discurso histórico nacional. Teses, dissertações, capítulos e artigos em coletâneas. Ver, por exemplo: DIEHL (1998); GUIMARÃES (1988) e SCHWARCZ (1993); WELING (1999); GOMES (2009); GUIMARÃES (1994).

‘história das municipalidades’ – tentava tapar as lacunas setoriais de nossa historiografia” (ALENCASTRO, 2008: 39).

Acredito que a queixa de Cabral de Mello, não é apenas de cunho regionalista, como diz o historiador citado, embora ela não escape dos mecanismos e das estratégias de um discurso propalado desde o início do século XX, que instituiu a denominada região *Nordeste* como o espaço discriminado, marginalizado e estereotipado pela produção cultural brasileira.⁷ Capistrano foi uma verdadeira exceção se empenhando em escrever ricas apresentações de estudos regionais⁸, mas apesar de toda a sua influência na produção historiográfica brasileira, pouco publicou na revista do referido Instituto, embora sua obra seja vasta em outros espaços. Portanto, não é uma reclamação deslocada, pois é sentida ainda hoje, nos espaços de produção historiográfica que não estão concentrados no eixo Centro-Sul do país.

Durante boa parte da segunda metade do século XIX, apenas um instituto quebrou esse “monopólio” historiográfico do IHGB, que foi o Instituto Pernambucano “sob perspectiva regional de retificação da ótica centralizadora” (MELLO, 2008: 58). Como Cabral de Mello ressalta, o Imperador Pedro I aventou a possibilidade da criação de um Império Federal. Se a ideia tivesse se consolidado a unidade nacional não existiria dessa forma como é dita e não há aqui nenhum julgamento de valor. O que ele ressalta é que os historiadores precisam reconstruir esses momentos de tensão da história brasileira, onde as decisões ainda não foram tomadas, no qual todas as possibilidades são postas em cena:

E essa capacidade de recapturar aquilo que poderia ter sido e que não foi (como no verso de Bandeira) é algo que a historiografia perdeu, ao se tornar estruturalista, ao se sociologizar. Este algo só a história narrativa pode captar. Essa sensação de incerteza que habita o agente histórico é algo que o historiador de hoje perdeu; e, contudo, ela está

⁷ Segundo o historiador Durval Muniz o Nordeste é muito mais um objeto de saber e de poder, instituído através de discursos e imagens, do que um espaço inscrito na natureza e identificado através de homogeneidades culturais, econômicas e naturais, levando-o, inclusive a questionar a perspectiva metodológica da História Regional que “[...] por mais que se diga crítica do regionalismo, do discurso regionalista, está presa ao seu campo de dizibilidade. Longe de constituir uma ruptura com esta dizibilidade, suas críticas são apenas deslocamentos no interior do próprio campo do regionalismo. Ao criticar o regionalismo, mas assumir a região como uma “proposição concreta”, como uma conscrição histórica, e fazer dela um referente fixo para o seu discurso, de onde retira sua própria legitimação, esta História está presa à dizibilidade regionalista e à rede de poderes que sustenta a ideia de região como referencial válido para instituir um saber, um discurso histórico. A “História Regional” vem contribuir, sim, para colocar a ideia de região em outro patamar, legitimá-la, atribuir-lhe veracidade, dando a ela uma História, tentando lhe dar, inclusive, uma base material. Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a institui, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a verdadeira”. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR (2001: 20; 28).

⁸ Como por exemplo, o prefácio de *Notas sobre a Parahyba*, de Irineo Joffily, publicado em 1892.

no âmago da verdadeira emoção histórica. Hoje o paradigma estrutural, inclusive o marxista, anulou a sensibilidade do historiador para os dilemas do passado. Hoje, a história é aquela que tinha de ser (SCHWARCZ; STARLING, 2008: 171).

E esta possibilidade Cabral de Mello encontra na história de Pernambuco. Para ele, antes de qualquer republicanismo, os pernambucanos de sua história aspiravam por uma autonomia local, que provavelmente não “tomaria uma forma republicana”, porque grande parte da população, inclusive os mais providos, não comungavam de forma alguma com essa ideia. Mas não se pode negar a construção de uma verdadeira tradição em Pernambuco, que a guerra holandesa intensificou e a Independência a arrefeceu, de contestar as forças externas que a ele se impunha. Nesse caso, a continuidade que muitos historiadores dizem enxergar em toda a obra de Cabral de Mello, diz ele, é uma continuidade “da própria história pernambucana” é o seu “rubro veio” (SCHWARCZ; STARLING, 2008: 172-173).

Nada de estrutural, mas uma “tendência” que passa por transformações, como no caso do imaginário da restauração, que durante mais de dois séculos é sempre retomado pelos pernambucanos. Imaginário construído não apenas por uma historiografia do período holandês, que Alencastro aponta como o “assunto central de *Rubro veio*”, mas por uma plêiade de escritos oficiais, religiosos, manifestos e pelo caráter propagador da oralidade. Quatro textos são apontados por Cabral de Mello como base de dados e relatos na construção do nativismo pernambucano: *O Valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado do Salvador, *Memorias diarias de La guerra Del Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho, *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica*, de Francisco de Brito Freire e *Castrioto Lusitano*, de frei Rafael de Jesus. Todos foram impressos na segunda metade do século XVII, sendo os três últimos encomendados por Fernandes Vieira – um dos personagens principais do conflito – “onde o tom panegírico que as tornou suspeitas à crítica histórica” (MELLO, 2008: 63).

Até o século XVIII essas obras foram imbatíveis como discursos históricos sobre o período da restauração, sofrendo concorrência a partir dos primeiros estudos modernos surgidos no século seguinte, por “historiadores estranhos à província”. Mas o fato é que mesmo as crônicas luso-brasileiras foram compostas, “por autores que não haviam participado dos acontecimentos”, como no caso do *Castrioto Lusitano* e a *Nova Lusitânia*, que por sinal, serão as obras mais apropriadas pelo imaginário local (MELLO, 2008: 64-65). Sucesso proporcionado tanto pelo tom laudatório, que serviu como uma luva aos genealogistas, como pela dificuldade de acesso às fontes, em sua

maioria perdidas no incêndio de Olinda ou pelas barreiras espaciais e linguísticas dos documentos arquivados na Europa.

O Valeroso Lucideno passou a ser mais apreciado no século XIX, embora tenha sido a fonte principal dos outros textos “encomendados por Fernandes Vieira”. Durante muito tempo foi um livro proibido de circulação pela Igreja. Mas o modo como a narrativa foi construída é apontado por Cabral de Mello com um dos mais importantes fatores do pouco interesse pela obra na época. O texto do frei Calado ia contra “os modelos vigentes do discurso histórico” no século XVIII, que desprezava os aspectos da vida cotidiana e a intimidade dos que deveriam ser descritos como heróis. Por este motivo o *Valeroso* foi fundamental para reabilitação, como diz Cabral de Mello, de Maurício de Nassau, por descrever o período do governador neerlandês com detalhes preciosos. O pouco conhecimento das *Memórias diárias* só será suprido na segunda metade do XIX, quando surge sua tradução para o português. Mas o fato é que sua circulação foi proibida, por críticas que tecera à condução do governo espanhol na guerra contra os holandeses. Mesmo a *História* de Gaspar Barleus e a *História natural do Brasil*, de Piso e Markgraf, tiveram tradução no país só em 1940. Antes disso ficaram restritas aos poucos que dominavam a língua batava (MELLO, 2008: 75-85).

Um personagem importante para que as fontes viessem à tona, permitindo um conhecimento maior sobre o período do domínio batavo, foi o erudito José Higinio Duarte Pereira. Este passou a estudar o holandês e, ao encargo do Instituto Pernambucano, dirigiu-se aos Países Baixos, em fins do XIX no intuito de trazer as cópias dos manuscritos do Arquivo Real do Reino. Embora, anteriormente, Joaquim Caetano da Silva tivesse conseguido trazer as correspondências oficiais, travadas entre os Países Baixos e as autoridades instaladas na colônia, traduzidas para o francês, Cabral de Mello aponta a missão de José Higinio como a mais importante conquista para os estudos do período. O maior esforço até então empreendido por um brasileiro na Europa, como frisou o historiador José Antonio Gonsalves de Mello (MELLO, 2008: 86-87).

A metodologia de Cabral de Mello, para construir a narrativa do imaginário da restauração pernambucana, consistiu na reconstituição dos pontos recorrentes do discurso nativista, os principais *topoi* do nativismo, da “representação ideológica elaborada na capitania para definir suas relações políticas com a Coroa”. A custa do sangue, vidas e fazendas dos pernambucanos, a capitania venceu a guerra contra os holandeses e a restituiu à Coroa por fidelidade, nunca antes vista, ao Rei. Este

argumento serviu de base ao enredo central do nativismo em diversos momentos da história de Pernambuco. Em muitos casos, utilizado até pela Coroa portuguesa ao “manipular e predispor os ânimos de uma categoria de súditos reputados insofridos e rebeldes” (MELLO, 2008: 91-96). Porém o *topos* foi apropriado de diversas maneiras no passar do tempo.

Logo após a restauração a construção transitava sobre um povo, uma elite, que com todo o seu empenho bélico, financeiro e humano conseguiu vencer e expulsar os holandeses sem uma ajuda sequer do reino. E mesmo assim o território foi devolvido à Coroa em virtude da existência da promessa de uma contrapartida relativa ao benefício de cargos públicos e benesses fiscais aos restauradores. A relação entre a colônia e a Coroa passara assim, a ter um caráter contratual. Com a guerra dos mascates, os açucarocratas de Olinda, passaram a defender a reserva dos cargos públicos aos homens e aos descendentes dos restauradores, em detrimento dos mascates portugueses do Recife, que com sua ascensão econômica, buscavam o seu espaço dentro do cenário político da capitania. Mas Cabral de Mello revela que nunca houve nada que comprovasse a intenção de Portugal em premiar os homens locais com os *status* devidos de nobreza, nem muito menos de uma suposta autonomia fiscal. Apenas Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira foram os mais significativamente premiados com essas regalias. Pelo contrário, o aperto fiscal cresceu sobre a capitania e a pretensão nobiliárquica dos olindenses foi bruscamente arrefecida com a preterição da Coroa pelos mascates recifenses (MELLO, 2008: 91-120), que tinham em seus quadros evidentemente muitos portugueses. Nascia destas constantes decepções a grande ferida narcísica pela qual os pernambucanos vêm respirando até hoje.

Mesmo com todo esse esforço material do Instituto Pernambucano, seus anos iniciais de produção construíram um estranho paradoxo: o elogio ao governo de Nassau e a condenação da administração batava na capitania. Cabral de Mello destaca que essa “reabilitação do Brasil holandês” vem desde as crônicas luso-brasileiras, muito antes da missão de José Higinio. As críticas aos holandeses eram de cunho religioso e classista. Por serem preconceituosas, as indagações denotavam em muitos casos um verdadeiro desconhecimento da sociedade batava. Não seria concebível para a “nobreza da terra” ser governada por representantes de uma empresa comercial, que cometia em larga escala o pecado da usura, de um povo avesso às hierarquias nobiliárquicas. Em contrapartida, a presença de Nassau, mesmo sendo um representante da Companhia, era tolerada por tratar-se de um fidalgo da Casa de Orange (MELLO, 2008: 292-298).

Cabral de Mello aponta estas visões distorcidas como um dos agravantes que obstruiu a capacidade dos revolucionários do XIX de invocar “o republicanismo dos Países Baixos no século XVII, seu livre exame da liberdade e consciência, preferindo recorrer à ideia de uma segunda restauração”. É descartada pelo autor a possibilidade da existência do propalado republicanismo precoce dos pernambucanos:

As fontes históricas induzem a conclusão diferente: a convivência com os batavos transmitira aos luso-brasileiros da capitania uma insuperável repugnância pela sua cultura, religião, estilos de vida, reativando seus preconceitos de católicos e de monarquistas. Por conseguinte, não deixa de ser irônico que o elogio do domínio holandês pelo nativismo oitocentista tenha partido dos descendentes dos que outrora tinha assumido atitude de inflexível rejeição a toda espécie de influência batava, de modo a impermeabilizar-se à influência dos hereges. Os luso-brasileiros encararam invariavelmente suas relações com os batavos em termos de incompatibilidade radical, que hoje diríamos cultural, razão pela qual enxergar-se na restauração pernambucana os pródomos da consciência nacional brasileira soa a anacronismo (MELLO, 2008: 302).

Um duro golpe esse *Rubro veio* na identidade pernambucana. Mas para Cabral de Mello não existe identidade, conceito que provoca aversão no autor, pois transmite antes de tudo imutabilidade, permanência; por isso seu caráter totalmente anti-histórico, “o que existia era uma série de atitudes, de comportamentos, de mentalidades que desapareceram no tempo”. Mas porque lamentar então que “hoje não se encontra mais o pernambucano de meus livros, que era bem mais interessante” (SCHWARCZ; STARLING, 2008: 160)? Afinal, são palavras suas: “A escolha do tema é a única *démarche* subjetiva que o historiador se pode permitir. Você o escolhe porque tem alguma identificação emocional com ele” (MORAES; REGO, 2002: 153).

Cabral de Mello deixou bem claro, em entrevistas concedidas, a influência dos historiadores dos *Annales* em sua produção historiográfica. Principalmente de nomes como F. Braudel e Georges Duby. Em *Rubro veio*, a presença metodológica do imaginário como é trabalhado em *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, de Duby é bem perceptível. Por sinal o contato com a história medieval foi fundamental para sua minúcia no trato das fontes. Declara que aprendeu com os grandes livros de alguns historiadores franceses, a lição da história medieval para os historiadores coloniais, de utilizar ao máximo a documentação, burlar as dificuldades da escassez das fontes, desde que se tenha o cuidado de não transferir conceitos, evitando o anacronismo (SCHWARCZ; STARLING, 2008: 152).

E essa preterição do imaginário em detrimento do conceito de identidade tem também um traço genealógico. O que fez Cabral de Mello senão o inventário crítico da construção no nativismo pernambucano? *Rubro veio* mostra as tensões políticas que cercaram os usos do discurso nativista; como eram arregimentadas as ferramentas simbólicas que justificavam, mesmo que sem nenhuma identificação precisa com a ‘verdade’, o posicionamento dos grupos dentro da sociedade; como esses pontos eram subvertidos nos diversos momentos da história pernambucana, de como eles oscilaram no decorrer do tempo. A partir desse exercício, Cabral de Mello demonstrou ser impossível extrair e exprimir de todo esse turbilhão a ideia de uma identidade pernambucana. Pondo em questão, conseqüentemente, a ‘identidade nacional’, que segundo Bauman chegou até nós com uma ideia de ‘ficção’ entre aquilo que é e o que deve ser, como processo de imposição e de separação, como componente ideológico do Estado moderno. Esta ficção “desempenhou o papel principal entre as fórmulas empregadas pelo nascente Estado moderno para legitimar a experiência de subordinação incondicional de seus indivíduos (de alguma forma, curiosamente, desprezada por Max Weber em sua tipologia das legitimações)” (BAUMAN, 2005: 27).

Contudo, Duby ressalta, a partir de suas observações sobre a “representação trifuncional” da sociedade medieval europeia, de que o sistema ideológico que alicerça o imaginário é o instrumento fundamental para o homem compreender a sociedade em que vive. A ideologia não é uma imagem perfeita da experiência humana, “mas um projeto de agir sobre ele”, de modo que é preciso existir alguma consonância “entre a representação imaginária e as ‘realidades’ da vida”. Daí, o grande desafio que se impõe hoje às ciências sociais que é o da relação entre o material e o simbólico na história das sociedades (DUBY, 1994: 21).⁹

A história produzida por Cabral de Mello foi a melhor forma dele próprio processar as experiências pessoais, por isso não há nada de presunçoso quando fala de que não tinha um projeto, de que não escreveu tantos livros com a pretensão de ser uma referência historiográfica. Até este ponto é possível concordar com o autor, mas fica difícil de convencer quando diz que não tinha pretensão de construir um público leitor. Ora, excetuando diários íntimos, qualquer texto produzido pretende no mínimo mais de um interlocutor. Por isso, considero a obra de Evaldo Cabral e em especial *Rubro veio*, como um exercício constitutivo de sua própria experiência com o mundo (RICOUER,

⁹ O historiador José Carlos Reis fala de “identidades” evidenciando a pluralidade de interpretações sobre a formação da sociedade brasileira. Ver: REIS (2007).

1994: 85-132). Escrever sobre Pernambuco não foi apenas um inventário de uma história, de um passado, mas a procura da distinção desse passado, das características singulares da história de um determinado espaço e da construção da sensação de pertencimento. Mais do que isso, a história empreendida por Cabral de Mello foi motivada pela saudade¹⁰, uma verdadeira evocção que lembra, de certo modo, a empreendida por Manuel Bandeira no conhecido poema *Evocção do Recife*¹¹. Parafraçando, atrevidamente, o poeta a partir do historiador, ouço claramente, vindo dos textos de Cabral de Mello o murmúrio inverso do referido poema: *Pernambuco/ Sim, Pernambuco de Nassau e dos armadores das Índias Ocidentais/ dos mascates e das revoluções libertárias/ Pernambuco da história e da literatura ...*

Assim como G. Duby se questionou, pergunto: Não estaria Cabral de Mello dominado por esse imaginário, por essa identidade que ele pretendeu desmistificar? Resta saber se tudo isso cessou de vez entre os pernambucanos.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravos de Pernambuco e glória do Brasil. A obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

BANDEIRA, Manuel. *Evocção do Recife*. In: _____. **Poesia completa e prosa**. RJ: Nova Aguilar, 1977.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

¹⁰ Não apenas a saudade de momentos de sua infância, quando se deparou com textos sobre o passado de Pernambuco, mas saudade de uma época na qual a rememoração contínua da identidade local, que ele próprio buscou desconstruir nos seus textos, ainda era um exercício muito vivo e eficaz, extremamente presente nos círculos social e familiar que tanto influenciaram, como o autor faz questão de lembrar, o seu gosto pela história. Segundo Durval Muniz, o Nordeste, enquanto região construída por uma teia discursiva e imagética, foi fundado na saudade – tanto como sentimento individual quanto coletivo – que buscava a permanência, não só de determinados aspectos culturais, mas também do *status* político, econômico e social de certos grupos locais, que presenciavam uma iminente ameaça a esses territórios, até então, vistos como sólidos e certos: “A saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que construiu para si. A saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe social que perdeu historicamente a sua posição, que viu seus símbolos de poder esculpidos no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história”. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR (2001: 65).

¹¹ Ver BANDEIRA (1977: 212)

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de. Guy Reynaud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. 2. ed. Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 388 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

HARTOG, François. (Org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2007.

_____. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. **O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994. T. 1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. O acaso não existe. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

WELING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Artigo recebido em 15/04/2013

Artigo aceito em 16/07/2013